

## Conclusões e Recomendações

*“Se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças?”*

S. Paulo VI, Populorum Progressio 87

Recordando estas sábias palavras do Papa Paulo VI e tendo consciência de que o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar (Laudato Si, 13), os participantes na VI Semana Social Nacional, vindos de vários países (Benim, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal) e de diversas Arquidioceses e Dioceses de Angola, estiveram reunidos em Luanda, de 22 a 24 de Janeiro de 2019, para reflectir e debater os caminhos concretos para um “Desenvolvimento Sustentável”, a partir das realidades em que estamos inseridos e das responsabilidades que já assumimos ou queremos assumir.

Após três dias de enriquecedora partilha de ideias e experiências concretas, os participantes chegaram às seguintes conclusões e recomendações:

### Conclusões

- ▶ O desenvolvimento sustentável implica não só segurança económica, coesão social e revalorização ambiental, mas também exige considerar as questões da diversidade cultural, da coesão territorial, da literacia para a sustentabilidade (que sabe distinguir entre o conhecimento para a sustentabilidade e a pseudo-informação ao serviço de poderosos interesses económicos imediatistas), de uma governança participativa e democrática e de uma ética assente nos valores que promovem a sustentabilidade.
- ▶ As experiências de economia solidária com uma gestão democrática, participativa e autónoma geram uma alternativa de desenvolvimento alicerçada na dinamização da economia, na inclusão social, na sustentabilidade ambiental assentes nos princípios da solidariedade, nas relações de cooperação e auto-gestão em oposição à mentalidade capitalista que se baseia nos princípios da competição e do individualismo.
- ▶ O Centro Songhaï (Benim) que tem uma visão integrada e inovadora de produção vegetal, pecuária, tecnológica e transformadora, concebida a partir da realidade africana, sem recorrer ao uso de pesticidas e combustíveis fósseis, é um modelo extremamente valioso de desenvolvimento sustentável.
- ▶ Na elaboração de planos e projectos de desenvolvimento é determinante olhar e usar o conhecimento gerado no país para evitar recomeçar sempre do zero como se não houvesse qualquer experiência acumulada nas práticas dos camponeses, nas experiências de diversas organizações e das entidades públicas ou ainda nas discussões académicas.

- ▶ É necessário aprofundar as relações entre os vários actores sociais e os gabinetes de planeamento a nível municipal, provincial e central para uma partilha de informação mais intensa de modo que as políticas, objectivos e metas sejam mais exequíveis e realistas.
- ▶ A experiência de grupos comunitários, como o Grupo Comunitário do Bairro da Graça (em Benguela), envolvendo os diferentes actores (igrejas, associações, grupos artísticos e desportivos, empresas, instituições públicas e outros), é inclusiva, participativa e autónoma na resolução de problemas a nível local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país, construído a partir da articulação de uma multiplicidade de experiências locais.
- ▶ Para promover a criação de empresas com maior capacidade de iniciativa e autonomia em relação ao Estado e uma cidadania activa que contribua para o desenvolvimento sustentável das pessoas e das comunidades é muito importante desenvolver, ao nível da família, das instituições de ensino, das igrejas e da sociedade, uma cultura que valorize a responsabilização pessoal, o pensamento crítico, a persistência e a capacidade de procurar alternativas diante das dificuldades.
- ▶ O desenvolvimento sustentável exige um novo paradigma de Justiça, a que o Papa Francisco chama “Ecologia Integral”, isto é, uma ecologia que integra o lugar que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o circunda. Deste modo, evita-se que se entenda a natureza como algo separado da humanidade. A ligação entre questões ambientais e questões sociais e humanas nunca pode ser rompida. A análise dos problemas ambientais é inseparável dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos e da relação que cada pessoa tem consigo mesma.
- ▶ As comunidades cristãs, grandes ou pequenas, ricas ou pobres, devem tomar parte no desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas. Se não o fizerem, privam a sociedade de usufruir dos dons que lhes foram dados por Deus para o bem de todos e vão olhar para qualquer processo de desenvolvimento como algo externo, que não lhes pertence e que é alheio à sua fé.

## Recomendações

- ▶ Que os diferentes agentes sociais dêem mais atenção à Educação como factor determinante para o desenvolvimento sustentável da sociedade e que o Estado promova decididamente a educação de base incluindo a educação pré-escolar.
- ▶ Que nos modelos de desenvolvimento elaborados aos diferentes níveis se priorize a criação e emprego e as oportunidades de crescimento profissional, nomeadamente para os jovens que constituem uma parte muito significativa da população angolana e sem os quais nenhum processo de desenvolvimento sustentável poderá ter êxito.
- ▶ Que seja criada uma base de dados, partilhada nos sites de diversas instituições e organizações, que permita o acesso à vasta produção de estudos, projectos e reflexões relacionados com temas de relevo para a sociedade Angolana e que foram sendo realizados ao longo de décadas.
- ▶ Que se promova o estudo e o debate nas instituições de ensino e nas comunidades cristãs sobre as propostas de desenvolvimento sustentável e de ecologia integral e as experiências de economia social e solidária.
- ▶ Que através de debates e projectos a nível das comunidades e de outras instituições a experiência do projecto Songhaï (Benim) e outras iniciativas de economia solidária sejam divulgadas e replicadas em Angola com as necessárias adaptações ao nosso contexto.
- ▶ Que se aprofunde o estudo e o combate – pelos órgãos competentes do Estado, pelas Igrejas e pelos outros actores sociais – a uma mentalidade feiticista que constitui um sério obstáculo ao desenvolvi-

mento sustentável na medida em que desestimula a iniciativa e o esforço pessoal, além de continuar a ceifar muitas vidas com recurso à “tala” e a outras práticas nefastas para as pessoas e para a sociedade.

- ▶ Que os órgãos do Estado e os vários actores sociais promovam acções de formação sobre protecção ambiental e concretamente sobre a Visão Mineira Africana, que Angola adoptou em 2009, de modo a que as comunidades possam contribuir para a protecção dos recursos naturais nas suas respectivas zonas.
- ▶ Que órgãos do Estado intensifiquem as acções que visam identificar e responsabilizar os principais agentes de degradação ambiental, nomeadamente desflorestação, caça indiscriminada e exploração desenfreada de recursos minerais.
- ▶ Que as empresas, independentemente da sua dimensão, não reduzam a sua responsabilidade social a meras operações de marketing ou acções pontuais de filantropia, mas assumam como parte da sua missão empresarial e contribuição para um desenvolvimento sustentável da sociedade angolana tendo todas as dimensões acima referidas.
- ▶ Que o sistema fiscal Angolano não penalize o exercício da responsabilidade social por parte das empresas, como se verifica actualmente ao tributar em 30% eventuais doações no âmbito da responsabilidade social empresarial.
- ▶ Que todas as instituições, nomeadamente as que pertencem às Igrejas, incluam e mantenham no sistema de Segurança Social todos os seus trabalhadores.
- ▶ Que os cristãos nos seus diferentes contextos procurem dinamizar iniciativas de participação comunitária envolvendo outros actores locais a exemplo do Grupo Comunitário da Graça.
- ▶ Que as arquidioceses, dioceses, paróquias e grupos e movimentos apostólicos procurem estudar tanto a encíclica Laudato Si como o guia de educação ambiental publicado pela CEAST e aprofundar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, tomando várias iniciativas concretas que contribuam para que sejam alcançados.
- ▶ Que na sequência da VI Semana Social Nacional, sejam realizadas Semanas Sociais ao nível das arquidioceses, dioceses e paróquias.
- ▶ Que cada participante se comprometa em contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível pessoal, profissional e social. E que cada cristão o faça também ao nível dos grupos e movimentos apostólicos a que pertence e das suas paróquias e arquidioceses/dioceses.

Luanda, 24 de Janeiro de 2019

Os participantes

Organização



Iniciativa

CEAST - Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé

Apoio

